



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS**



**INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA: UMA FERRAMENTA ESSENCIAL À  
DEFESA ESTATAL**

**RAFAEL ALVARENGA DE MORAES**

**Niterói**

**Novembro de 2019**



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS



## **INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA: UMA FERRAMENTA ESSENCIAL À DEFESA ESTATAL**

Autor: Rafael Alvarenga de Moraes

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense – INEST/UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Rocha

Niterói  
Novembro de 2019

# **INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA: UMA FERRAMENTA ESSENCIAL À DEFESA ESTATAL**

Nome do Autor: Rafael Alvarenga de Moraes

Orientador: Prof. Dr. Marcio Rocha

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais.

Aprovada por:

---

Orientador - Prof. Dr. Marcio Rocha

---

Leitor - Prof. Dr. Fernando Manoel Athayde Reis

Niterói  
Novembro de 2019

## RESUMO

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar em que medida a atividade de inteligência estratégica contribui para a defesa sendo uma excelente ferramenta de apoio ao decisor assim como procura elucidar a importância de tal tema para a sociedade atualmente. Gerir um Estado mostra-se uma tarefa árdua e para tal parece razoável valer-se de uma capacidade de antecipar-se aos fatos antes que estes ocorram, de modo a facilitar a tomada de decisão. Para alcançar tal objetivo foi realizada uma pesquisa exploratória de forma a coletar dados sobre a bibliografia existente do assunto e assim chegar a conclusões acerca do problema analisado. Será visto neste trabalho um histórico da Inteligência Estratégica bem como alguns conceitos atinentes ao assunto. Em uma segunda parte, será analisada a Defesa Estatal e as diversas ferramentas que um governo pode dispor para realizá-la com eficácia. E finalmente em uma terceira parte faz-se a associação entre a Inteligência Estratégica e a Defesa Estatal, sendo analisados alguns casos já ocorridos e explicados a importância de tal cooperação entre essas duas áreas.

**Palavras-Chave:** Inteligência. Estratégica. Defesa. Estado.

### Abstract

The present work aims to analyze the extent to which the strategic intelligence activity contributes to the defense being an excellent tool to support the decision maker as well as to elucidate the importance of this theme for society today. Managing a state proves to be an arduous task, and for that it seems reasonable to use an ability to anticipate facts before they occur to facilitate decision-making. To achieve this goal, an exploratory research was conducted to collect data on the existing bibliography of the subject and thus reach conclusions about the problem analyzed. It will be seen in this paper a history of Strategic Intelligence as well as some concepts related to the subject. In a second part, we will analyze State Defense and the various tools that a government can use to carry it out effectively. And finally, in a third part, there is the association between Strategic Intelligence and State Defense, analyzing some cases that have already occurred and explaining the importance of such cooperation between these two areas.

**Keywords:** Intelligence. Strategy. Defense. State.

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>2 INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA</b> .....	<b>9</b>
2.1 História da Inteligência Estratégica .....	9
2.2 Características da Inteligência Estratégica .....	14
2.3 Importância da Inteligência Estratégica .....	16
<b>3 O ESTADO E A DEFESA ESTATAL</b> .....	<b>18</b>
<b>4 INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA E A DEFESA ESTATAL</b> .....	<b>27</b>
4.1 CIA (Agência Central de Inteligência) .....	28
<b>4.1.1 Fracasso na Baía dos Porcos</b> .....	<b>29</b>
<b>4.1.2 Captura de Osama Bin Laden</b> .....	<b>29</b>
4.2 KGB E SEU PESO POLÍTICO .....	31
4.3 MI6 (Serviços Secretos Britânicos no Exterior) .....	34
4.4 AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA, ESTADO E DEFESA .....	36
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>37</b>
<b>6 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>39</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa a seguir trata sobre como a Inteligência Estratégica, sendo uma ferramenta voltada para a obtenção, processamento e difusão de informações, pode ser importante para o pleno funcionamento de um Estado auxiliando nas diversas formas de defender uma nação.

“Os mais competentes governos do mundo têm assessoramento de inteligência estratégica para antecipar mudanças do cenário político, identificar seus pontos fortes e fracos e as intenções dos adversários”, trecho de Cristóvão Repolho Vieira<sup>1</sup>. Por meio deste trecho podemos observar a grande importância do assunto em pauta neste trabalho.

Dentro deste escopo esta pesquisa tem como objetivo principal analisar em que medida a atividade de inteligência estratégica contribui para a defesa estatal. Diante do contexto de relações internacionais e do jogo de poder entre as nações, a defesa do estado tem significativa relevância e as diversas formas de implantá-las são objetos de profundos estudos, tanto de Chefes de Estado quanto de seus principais assessores.

Para atingir este objetivo a proposta de trabalho tem como objetivos específicos apresentar conceitos, definições, características, ferramentas e importância tanto da atividade de inteligência estratégica quanto da defesa e Estado e a intrínseca correlação entre eles.

Dado a extensão de literatura existente do assunto, o resultado aqui obtido vai contribuir sobremaneira para o contínuo estudo da inteligência estratégica e da defesa estatal, além de auxiliar a sociedade em geral, não só acadêmica, a conhecer mais profundamente esses assuntos. Tornando tais questões mais acessíveis podemos esperar uma crescente preocupação com o assunto e por consequência um maior desenvolvimento destas áreas.

Por exemplo, é de conhecimento geral o ataque dos EUA ao Iraque em 2003 alegando que este possuía um arsenal de armas de destruição em massa, o que não é de comum entendimento é que existiram investigações em que chegaram a conclusão que os serviços de inteligência americanos erraram no julgamento de

---

<sup>1</sup> VIEIRA, C.R. INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA: UMA FERRAMENTA PARA GOVERNAR. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVII, Nº. 000100, 11/01/2017. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/inteligencia-estrategica-uma-ferramenta-para-governar>. Acessado em: 03/11/2019.

informações obtidas e por consequência fizeram um assessoramento estratégico errado ao Chefe de Estado americano. Alguns exemplos como este serão utilizados neste trabalho para melhor elucidar o leitor quanto a capacidade de apoio da Inteligência à defesa estatal e como esta ferramenta pode influenciar positiva ou negativamente a tomada de decisões.

Com o objetivo de atrair atenção para o tema, o trabalho apontará de forma realista a grande interação entre Estados, no universo velado que se encontra a Atividade de Inteligência, assim como a concepção de defesa no âmbito estatal.

A corrente realista das relações internacionais teve como principal expoente, Hans Joachim Morgenthau que afirmou que “A política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder. Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato.”<sup>2</sup> e para ele a paz mundial somente seria possível por meio de mecanismos negativos, ou seja, por um mecanismo de equilíbrio de poder.

Ainda de acordo com Morgenthau “Embora os antropólogos tenham mostrado que certos povos primitivos parecem estar livres do desejo de poder, ninguém ainda mostrou como seu estado de espírito pode ser recriado em escala mundial, a fim de eliminar a luta pelo poder da cena internacional<sup>3</sup>”.

Para obter as respostas acerca do problema de pesquisa apresentado, foi feita a análise a partir de uma pesquisa exploratória, utilizando como ferramenta de coleta de dados a bibliografia existente do assunto. As informações serão investigadas, principalmente, a partir de fontes primárias: artigos, livros, teses, dissertações e secundárias: bibliografias, publicações, artigos de revisão.

O trabalho de conclusão de curso estrutura-se em três capítulos, apresentando-se no primeiro a história, as características e o papel da Inteligência Estratégica, baseado em vários autores relacionados ao assunto. No segundo capítulo foi abordada a Defesa Estatal, passando pela definição e conceitos de Estado e principalmente pelas condicionantes para uma efetiva defesa estatal, utilizando-se, para isso, autores renomados e de notável saber do assunto.

---

<sup>2</sup> MORGENTHAU, Hans J. A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: UnB, 2003. Pág. 49

<sup>3</sup> MORGENTHAU, Hans J. A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: UnB, 2003. Pág. 62.

O terceiro capítulo é caracterizado por relacionar a Inteligência Estratégica à Defesa do Estado através de conclusões atingidas após análise dos dois capítulos anteriores e por fim alguns estudos de caso, mostrando quão importante é essa relação para a manutenção do funcionamento da máquina estatal e do jogo de poder que são as Relações Internacionais.

## 2 INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

A Inteligência Estratégica é um conjunto de informações e conhecimentos que são coletados, seja por agentes ou agências, de modo a assessorar o processo decisório, sendo sua ideia principal a antecipação de fatos que possam ser de vital importância para o decisor.

Pode-se observar que tanto o Estado quanto empresas conseguem se valer dos recursos e dos produtos gerados por essa atividade. As empresas coletando informações de seus concorrentes e utilizando em prol do desenvolvimento e constante aperfeiçoamento de suas atividades e o Estado, por sua vez, utiliza-se das capacidades da Inteligência Estratégica para informar-se sobre outros Estados, proteger-se e com isso estabelecer uma grande base de dados capaz de “dar voz” às suas necessidades no cenário internacional. Nesta segunda esfera, a Estatal, é a que será focada, também conhecida como “Inteligência de Estado”.

Ao analisar as Atividades de Inteligência pode-se, erroneamente, associá-la apenas a tempos de guerra, onde existem dois ou mais Estados beligerantes em que a busca e coleta de informações sobre o inimigo é de suma importância para alcançar a vitória. Porém o que não é evidente é que a todo momento, mesmo quando não há guerra, a inteligência é de suma importância, seja para firmar acordos entre países ou até mesmo para manter o estado de paz vivido.

### 2.1 HISTÓRIA DA INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

Conhecer as principais características do inimigo, seu modo de pensar, seu modo de guerrear, foram, desde o período Helênico, grandes objetivos dos homens. Desta forma pode-se perceber a importância do objeto de estudo, trazendo consigo um extenso histórico, inicialmente sendo utilizado de forma tática, em guerras, no campo de batalha e posteriormente passando a ser utilizado, também, como ferramenta política e estratégica.

Foi no período helênico, história da Grécia e de parte do Oriente Médio, sob o governo de Alexandre, O Grande (356 a 323 a.C), que a Inteligência começou a dar grandes passos rumo a tornar-se uma ferramenta de importante relevância para os governantes, como afirmou Raul Tomas Escobar em seu livro intitulado “Inteligencia”:

“As campanhas realizadas durante o período helênico deram à Grécia um grande poder guerreiro, que apenas aguardava a aparição daqueles que queriam usá-la para se tornar o dono e governante do Oriente. Embora a "Arte" tenha aparecido no período helênico, ela permaneceu estagnada e limitada apenas ao campo tático, até o momento em que Alejandro "El Grande" apareceu em cena.”(Escobar, 1980, p. 24, tradução nossa)<sup>4</sup>

Alexandre, filho de Felipe II, tornou-se rei da Macedônia, e realizou uma grande expansão em seu império, notabilizou-se pela conquista do Império Persa de Dario III, que na época governava quase todo o Médio Oriente. Nessas campanhas, Alexandre empregou informantes, os quais eram enviados com antecedência às terras do inimigo e lhe passavam informações valiosas para que os conflitos fossem o menos desgastante possível para seu povo.

Também de acordo com Escobar, sobre Alexandre, O Grande:

“Nenhum de seus movimentos foram deixados ao acaso, seus planos de operações são concebidos com ousadia, mas sempre em equilíbrio constante, os objetivos estabelecidos e os meios experimentam uma necessidade real de saber tudo sobre o inimigo e é assim, baseado nesse conhecimento que toma a ofensiva sobre Dario III, diante do assombro dos macedônios, que parecia uma verdadeira loucura pela inferioridade numérica de Alexandre” (Escobar, 1980, p. 24, tradução nossa)<sup>5</sup>

Alexandre tinha suas formas de coleta do que hoje podemos chamar de Inteligência Estratégica. Ele costumava interrogar os viajantes que vinham de terras estrangeiras para saber detalhes a respeito de outros territórios como o tamanho de sua população, produtividade do solo, localização de estradas e rios que atravessavam a cidade, e a identificação dos cidadãos importantes.

---

<sup>4</sup> “Las campañas cumplidas durante el período helénico, dieron a Grecia un gran poder guerrero , que solo esperaba la aparición de quien quisiese utilizarlo para transformarse en el dueño e dominador de Oriente. Si bien em el período Helénico apareció el “Arte”, este permaneció estancado y tan solo limitado ao campo tático, hasta el momento em que hace su aparición em la escena Alejandro “El Grande””.

<sup>5</sup> “Ninguno de sus movimientos estaba librado a la casualidade, sus planes de operaciones, son audazmente concebidos, pero siempre em constante equilibrio, los objetivos fijados y los médios experimentan una verdadera necesidad de conocer todo sobre el enemigo y es así, que em base a esse conocimiento toma la ofensiva sobre Dario III, ante el asombro dos macedônios, a quienes les parecia una verdadera locura por la inferioridade numérica de Alejandro”.

Sua morte prematura fez com que seu império fosse “loteado” entre seus principais generais, uma vez que não deixara descendentes. E essa foi a porta de entrada para o surgimento de um novo grande império: o Romano.

O período Romano compreende desde a fundação de Roma até morte do Imperador Teodosio, quando o império cai nas mãos dos bárbaros, e assim como o império macedônico de Alexandre, o império romano contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da arte da inteligência.

A ascensão deste império foi possível através das guerras púnicas, onde Aníbal, líder cartaginense, possuía uma grande rede de informantes dentro dos limites romanos, os quais o mantinham informado, através de cartas criptografadas, sobre movimentações de tropa e decisões políticas e estratégicas romanas.

Se do lado macedônico Aníbal despontava com sua capacidade estratégica, do lado Romano era Cipião, o Africano quem foi responsável por grandes vitórias utilizando sua capacidade de leitura do adversário ante as informações que recebia. Como podemos observar a seguir:

“Desde que o comandante romano toma consciência que Sifax se manterá inalterável na sua posição de apoio aos cartagineses, vai encetar uma dissimulada operação de inteligência, em que finge ainda acreditar na possibilidade prática de um acordo, continuando a envidar simulados esforços negociais, mas onde o seu objetivo é já o de que os seus emissários e respetivos acompanhantes possam ver com o máximo detalhe, não só as condições e morfologia do acampamento adversário, mas igualmente que se inteirem das condições e dos hábitos concernentes à sua defesa” (LE BOHEC, 2014, p. 245.)

Ainda nessa linha de raciocínio, de acordo com Políbio:

“Quando lhe pareceu que o que possuía de informações sobre os seus adversários seria já suficiente para encetar a campanha, desculpou-se a Sifax dizendo-lhe que o seu consilium ou conselho de oficiais se opunha com veemência às suas propostas e que, portanto, se faria a guerra.” (POLÍBIO, 1889, 1962, XIV.2; HART, 2006, p.107)

Após a queda do Império Romano a Atividade de Inteligência Estratégica ficou um pouco esquecida, sendo a busca de conhecimentos destinada não em prol de um estado ou império e sim para fins pessoais.

Em 1804 subiu ao título de Imperador da França um jovem general, astuto e ambicioso, que revolucionou a concepção de Inteligência para o Estado, seu nome: Napoleão Bonaparte. Em seu governo procurou estabelecer uma grande rede de informações capaz de auxiliá-lo em suas decisões, passando informações sobre qualquer inimigo que pudesse ameaçar a soberania francesa.

Napoleão chamou o seu serviço de informações de: “Serviço de Notícias”, tanto em tempos de paz quanto em guerra e este trabalhava de forma admirável. Apesar de ser conhecido pelas suas grandes vitórias no campo de batalha, a sua grande admiração pela Atividade de Inteligência foi capaz de elevar sua nação a uma grande potência continental, como defende Escobar ao referir-se ao serviço de notícias de Napoleão:

“Uma extensa rede de agentes secretos envolvidos, por assim dizer, em todos aqueles países que poderiam interessar à política da França e dentro de cada um deles, penetraram furtivamente em todas as ordens de suas vidas. Esses agentes mantinham o imperador constantemente ciente de qualquer acontecimento que ocorresse, tanto no campo político, quanto militar, econômico, social, etc. Através de seu serviço de notícias, ramificado por toda a Europa, é que Napoleão possuía todas as informações de estado indispensável para poder antecipar a política de seus inimigos.” (Escobar, 1980, p. 28, tradução nossa).<sup>6</sup>

Após o Período Napoleônico têm-se como expoente no que se refere à Inteligência Estratégica a Primeira Guerra Mundial onde os diversos países envolvidos empregaram seus serviços de inteligência de forma a preparar seu poderio militar para contrapor-se aos seus adversários tanto no campo militar como no campo político.

A Europa vinha de um longo período de paz e, portanto, várias de suas potências não estavam, de fato, esperando por uma guerra de proporções mundiais. Grande exceção se deu por parte da Alemanha, que aproveitou o período de paz para trabalhar a consciência informativa e sua importância para aprestar um exército. A divisão de informações alemã realizou diversas operações, mesmo em estado não-beligerante, para abastecer o governo alemão sobre as capacidades dos exércitos adversários. Um dos inúmeros meios de obtenção de informações da Alemanha eram as informações de escritores que viviam em outros países, principalmente na França.

Esta, por sua vez, era a grande potência territorial da Europa e talvez pela tranquilidade de tal posição e certo descaso, passou este tempo de paz sem preocupar-se com a Inteligência Estratégica e inicialmente fora totalmente afetada

---

<sup>6</sup> “Uma extensa red de agentes secretos envolvía, por así decirlo, a todos aquellos países que pudiesen interesar a la política da Francia y dentro de cada uno de ellos, penetraban sigilosamente em todos los órdenes de sus vidas. Estos agentes tenían al emperador constantemente al corriente de cualquier novedad que ocurriera, tanto em los campos políticos, como militares, económicos, sociales, etcétera. Por médio de su servicio de noticias, ramificado em toda Europa, es que posee Napoleón toda la información de Estado indispensable para poder adelantarse a la política de sus enemigos”.

por essa falta de informações, enquanto do lado alemão tudo se sabia sobre a França a recíproca não era verdadeira. A França não sabia as intenções alemãs e nem tinha informações precisas sobre o exército inimigo. Percebeu, já durante a guerra, a importância da área informativa e investiu grandes quantidades de dinheiro, pessoal e tempo para equiparar-se aos seus adversários.

Além da Alemanha, a Inglaterra também teve grande preocupação com a Inteligência durante esse período de paz, o que possibilitou fazer frente ao poderio alemão, utilizando-se da sua lendária célula de inteligência, capaz de descobrir vários planos alemães e suas intenções políticas.

Com o fim da Primeira Guerra foi assinado o Tratado de Versalhes que para muitos historiadores foi o fim da primeira e um dos motivos da segunda, dado que impôs grandes sanções a parte derrotada: Alemanha. O tratado provocou choque e humilhação na população alemã, fato que contribuiu para a queda da República de Weimar (1919-1933) e a ascensão do Nazismo.

Com as duras imposições do tratado a Alemanha viu-se obrigada a reforçar seu serviço de informações dado as limitações impostas ao seu exército. Assim, através de estudos minuciosos dos países inimigos e o trabalho silencioso e incessante, Hitler reergueu o exército alemão, mesmo proibido, e lançou-se em mais uma epopeia europeia, a Segunda Guerra Mundial.

Após o fim da 2ªGM tem-se início a Guerra Fria, período do Século XX em que a URSS e os EUA estavam disputando a influência mundial e terminou com o fim da União Soviética (1945-1991).

A espionagem foi responsável por praticamente gerir todo este período da Guerra Fria, fornecendo informações privilegiadas para ambos os lados envolvidos. Os espões compravam e vendiam informações, projetos militares, plantavam informações falsas, auxiliavam a tomada do poder por governos pró soviéticos ou pró americanos e participavam de operações sigilosas sendo militares ou não. No entanto, estes espões não trabalhavam por conta própria, havia dois órgãos que comandavam todas as operações de espionagem e contra espionagem, a CIA (Central de Inteligência Americana) pelo lado dos EUA e a KGB (Comitê de Segurança do Estado) pelo lado da URSS.

Apesar da intensa disputa pelo conhecimento na Guerra Fria, é razoável afirmar que a intenção de ambas as partes era, diferentemente do que parece, evitar

que pudesse ocorrer uma guerra de dimensões mundiais e capacidades nucleares. Tal fato é corroborado pelo escritor John Keegan que diz:

“Durante a Guerra Fria nenhum dos lados obteve qualquer resultado objetivo, pelo menos em termos militares, e a função dos Serviços de Inteligência dos dois lados era assegurar exatamente isso. Jogavam um jogo, e o objetivo não era ganhá-lo, e sim fazer com que ele prosseguisse. Ninguém deve queixar-se, na ausência de um resultado tangível, de que a Inteligência seja uma atividade vã.” (Keggan, 2006).

O cenário internacional mostra-se no pós Guerra Fria como um grande período de paz em nível mundial, com guerras pontuais principalmente envolvendo os EUA e a guerra ao terror. A importância dada a Inteligência Estratégica cresceu vertiginosamente, sendo empregados além de pessoas (a conhecida Inteligência Humana) e da Inteligência de Sinais, a Inteligência Cibernética dado o grande avanço tecnológico que pôde-se perceber nos últimos anos.

Atualmente, vários países possuem organizações de inteligência subordinadas aos seus ministérios de relações exteriores para apoiar o acompanhamento de crises, negociações de acordos e tratados internacionais. Esse é o caso do *Bureau of Intelligence and Research* (INR) do Departamento de Estado norte-americano, que faz parte do sistema de órgãos de inteligência do governo dos Estados Unidos. O INR recebe informações coletadas por outras agências e as analisa para o Secretário de Estado.

As agências governamentais de cada nação estão fortalecendo seus sistemas de modo a poderem rapidamente responder às, cada vez mais crescentes, ameaças cibernéticas, podendo assim, assessorar da melhor forma possível seus governos, deixando os líderes mais confortáveis para a tomada de decisão, tanto em nível político quanto em nível militar.

## 2.2 CARACTERÍSTICAS DA INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

A Inteligência Estratégica busca diversos tipos de informações como: pessoas importantes para o adversário/inimigo, aspectos geográficos, militares, econômicos, políticos, sociais, morais e ultimamente aspectos relacionados à área técnico científica.

Como relatado existem diversas formas de colocar em prática a Inteligência Estratégica, seja na esfera política ou militar. As relações internacionais são pautadas em acordos existentes entre os estados ou em organizações que possuem a função de mediador dessas relações. Para entender melhor como colocar em

prática essa “inteligência” podemos dividir o método de obtenção de informação em algumas formas principais de inteligência, como: inteligência humana, inteligência de sinais, e inteligência cibernética.

A Inteligência Humana (*HUMINT*) é um termo utilizado para definir um método de obtenção de informações através de interações entre seres humanos.

A HUMINT é a principal fonte de informações existente, pois mesmo que o volume de dados fornecidos seja pequeno e que seja uma fonte mais difícil de obtenção de dados que as demais eles são de melhor qualidade possível, sendo úteis e atualizadas. Um dos grandes literários do assunto, Sun Tzu revelava a sua opinião quanto à HUMINT:

“(...) a presciência ou previsão não podem ser deduzidas dos espíritos, nem dos deuses, nem por analogia com as atividades passadas, nem por cálculos. Elas devem ser obtidas dos homens que conhecem a situação do inimigo (...)”. (“A Arte da Guerra” Lisboa: Ed. Futura,1974, p.293)

A Inteligência de Sinais (*SIGINT*) é utilizada para descrever a atividade de coleta de informações através da interceptação de sinais de comunicação entre pessoas ou máquinas. Este método começou a ser desenvolvido pela marinha britânica na década de 1890 e foi na Primeira Guerra Mundial que obteve a maior relevância.

Sendo um campo amplo, o SIGINT possui muitas subdisciplinas. Os dois principais são inteligência de comunicação (COMINT) e inteligência eletrônica (ELINT). Dentre as suas capacidades estão: detecção de sinal, localização de direção, análise do tráfego, interceptação de voz e interceptação de texto.

Nos últimos tempos avulta-se de importância a Inteligência Cibernética, que nada mais é que a própria atividade de Inteligência de Estado voltada para o campo e meios eletrônicos. A principal fonte de informações desse método é através de Guerra Cibernética, onde um Estado é, necessariamente, o ator principal e utiliza-se desses meios para que não precise, por exemplo, empregar tropa em determinado local, ou para adquirir informações estratégicas que possam posicioná-lo em vantagem perante outro Estado.

## 2.3 IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

Cabe a Inteligência auxiliar as autoridades, fornecendo informações confiáveis que possam contribuir para a tomada de decisões, além de buscar fatos que possam impedir que algo ou alguém possa ameaçar os interesses estatais.

O ambiente Internacional caracteriza-se pela contínua disputa entre Estados, com cada um buscando posicionar-se da melhor forma possível no cenário. Além da busca de informações de outros países é muito importante que o Estado desenvolva ações de proteção dos conhecimentos sensíveis e modos de opor-se a ameaças de outros Estados aos interesses estratégicos nacionais.

De acordo com a Associação Brasileira de Inteligência (ABIN):

“A atividade de Inteligência é o exercício de ações especializadas para obtenção e análise de dados, produção de conhecimentos e proteção de conhecimentos para o país (...) Sua atuação assegura ao poder decisório o conhecimento antecipado e confiável de assuntos relacionados aos interesses nacionais”.<sup>7</sup>

A definição não se resume a apenas feita pela ABIN e Vidigal exemplifica o amplo alcance da atividade de Inteligência quando diz:

“O papel da Inteligência é a avaliação das ameaças à segurança, assim sendo, a área de atuação da Inteligência é quase ilimitada, tanto no campo interno como no externo, sendo necessário delimitá-la em função de diversas variáveis: as ameaças percebidas, o nível de coesão social existente, o grau de presença internacional pretendido, os recursos disponíveis para a área e muitas outras. (“VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira, Inteligência e Interesses Nacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI”)

Lange complementa todo esse raciocínio afirmando que:

“A Inteligência, a Diplomacia e as Forças Armadas devem atuar em conjunto para obter uma otimização na manutenção da defesa, dos objetivos e dos recursos nacionais. A área diplomática contribui de forma a abranger a discrição de fatos, situações e cenários sobre seus países hospedeiros, já a área militar tem como função a obtenção e avaliação de informações sobre as forças armadas do país ou organização alvo e assim como a área diplomática conseguir informações específicas sobre as questões de interesse estatal e adotar medidas de proteção para os assuntos sensíveis e sigilosos.” (“LANGE, Wellington da Costa, A Atividade de Inteligência no Âmbito das Relações p. 125-141”)

---

<sup>7</sup> <http://www.abin.gov.br/pt/>. Acesso em: 30/07/2019

Assim pode-se observar a grande importância da Inteligência Estratégica para a manutenção dos interesses Estatais, observando o longo percurso que esta trilhou desde o início de sua aplicabilidade até os dias atuais e percebendo as diferentes formas de obtenção da informação, caracterizando assim o amplo campo de atuação e diferentes atores necessários para o desenvolvimento de uma Inteligência Estratégica efetiva.

### 3 O ESTADO E A DEFESA ESTATAL

Para compreender-se a importância da Defesa Estatal têm-se que analisar, primeiramente o Estado, para posteriormente analisar as condicionantes necessárias para o estabelecimento de uma defesa satisfatória e efetiva.

O Estado é uma organização política contemplada por diversas instituições e é responsável por representar, organizar e atender os anseios da população que habita em determinado território. Importante que não se confunda com governo, que seria apenas uma das instituições do estado responsável por administrá-lo. Governos são transitórios e Estados são permanentes.

O conceito de Estado vem evoluindo desde a Antiguidade, a partir da *Polis Grega*<sup>8</sup> e das *Civitas Romana*<sup>9</sup> e o *Stato Romano*<sup>10</sup>. A Inglaterra, no século XV, e posteriormente a França e a Alemanha, no século XVI, usaram o termo Estado como uma definição da ordem pública. Porém, quem introduziu efetivamente a expressão na literatura científica foi o filósofo Maquiavel, em seu livro “O príncipe”, escrito em 1513. Para Maquiavel, em linhas gerais, o Estado está acima de tudo, é o que regulamenta a vida entre os humanos, organiza as leis e as faz cumprir, por isso é absolutamente normal que o Estado seja o fim de tudo e por isso se justifica qualquer meio empregado.

“O que é certo é que a não ser que haja uma mão firme no leme, a nave do Estado naufraga. A sociedade humana entrará em colapso, terminando em caos e imundície, a não ser que um especialista competente a dirija. E embora Machiavel, pessoalmente, ofereça razões para preferir a liberdade e um governo republicano, há situações nas quais um príncipe forte será preferível a uma república fraca” (BERLIN, 2001, p. 25)

Ao analisar a formação do Estado pode-se observar muitas divergências em relação a como se deu. Desta forma diversas teorias foram criadas, divergindo a opinião de cientistas políticos em relação ao assunto. Uma das principais teorias é a que defende que o Estado nasceu de um Contrato, que é “assinado” devido a uma situação de instabilidade e insegurança vivida, e assim um grupo de indivíduos, ou apenas um, passa a governar em prol do bem-estar de todos.

---

<sup>8</sup> Cidades estados da Grécia Antiga, as quais foram fundamentais para o desenvolvimento da cultura **grega** no final do período homérico, período arcaico e período clássico

<sup>9</sup> Civitas romana não se atinha ao território ela enaltecia que seria mais importante pertencer a comunidade do que ao território.

<sup>10</sup> Estado Romano – 753 a.C à 1453 d.C.

Um dos principais pensadores desta linha é Thomas Hobbes, que institui no “Leviatã” o poder soberano do Estado, atacando a liberdade como principal motivo de guerras entre humanos. De acordo com Hobbes:

“Isso é mais do que consentimento ou concórdia, pois resume-se numa verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens [...] Esta é a geração daquele enorme *Leviatã*, ou antes – com toda reverência – daquele deus mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa” [...] É nele que consiste a essência do Estado, que pode ser assim definida: ‘Uma grande multidão institui a uma pessoa, mediante pactos recíprocos uns aos outros, para em nome de cada um como autora, poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum’. O soberano é aquele que representa essa pessoa”. (HOBBS, 2003, p.130-131).

Dado este pequeno trecho de Hobbes, pode-se perceber os princípios que norteavam o Absolutismo nesta época, onde o Rei era o representante dos direitos e anseios de toda população e a liberdade individual era inexistente.

Pouco mais de três séculos depois de Maquiavel escrever “O Príncipe” e Hobbes “O Leviatã”, nasceu na Alemanha, Max Weber, que posteriormente veio a se tornar um dos maiores filósofos da história.

Max Weber foi um intelectual, jurista e economista alemão considerado um dos fundadores da Sociologia, e grande parte de seu trabalho como pensador e estudioso foi reservado para o estudo do capitalismo e do chamado processo de racionalização e desencadeamento do mundo. Corroborando com essa ideia, os movimentos sociais do século XIX e a Primeira Guerra Mundial foram o berço para o nascimento das concepções de Estado de Weber, iniciando com a percepção que o Estado era uma formação social: “O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o ‘território’, faz parte de suas características – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima” (Weber, 1982, p. 98), para ele o Estado era uma relação de homens dominando homens, e através do Estado existe o monopólio do uso legítimo da força tendo o poder de coerção sobre os indivíduos. Weber afirmava que os estados deveriam possuir representantes soberanos, para governarem o mesmo, mas, para que isso ocorresse, a sociedade deveria eleger os governantes através de votação. Depois de o estado possuir seu governante, o mesmo, teria de formar sua equipe de trabalhadores de extrema confiança, onde estes formam o seu “gabinete”.

Ainda de acordo com Weber:

“Para outros fins e conhecimento (por exemplo jurídicos) ou de finalidade práticas, por outro lado, pode ser conveniente e mesmo inevitável tratar de determinadas formações sociais (“Estado”, “cooperativa”, “sociedade por ações”, “fundação”) como se fossem indivíduos (por exemplo como detentores de direitos e deveres ou como agentes em ações juridicamente relevantes). Para a interpretação compreensível das ações pela Sociologia, ao contrário, essas formações nada mais são do que desenvolvimentos e concatenações e ações específicas de pessoas individuais, pois só estas são portadoras compreensíveis para nós de ações orientadas por um sentido”. (Weber, 1999, v. 1, p. 9).

Posteriormente, outros pensadores, de diversas correntes diferentes, publicaram suas ideias sobre a concepção do Estado, passando pelo Anarquismo, Totalitarismo, Neoliberalismo, e o Liberalismo-democrático.

Face ao exposto pode-se observar que o Estado sempre foi objeto de estudo de inúmeros pensadores de diversas épocas e que é razoável pensar na necessidade de proteção e defesa Estatal, dada sua importância para a sociedade.

A Defesa Estatal é um conjunto de ações que são tomadas para defender o Estado de alguém ou algo que o ameace e tenha como objetivo atingir qualquer um de seus elementos constituintes: seu território, seu povo ou o poder constituído, seja no âmbito interno ou externo, de forma que possibilite reagir não apenas contra ameaças externas convencionais, mas também contra riscos contemporâneos como o terrorismo, o crime organizado transnacional, a pirataria e os ataques cibernéticos.

Segundo Oliveira (2005, p.50) Defesa Nacional é: “A preservação dos interesses mais relevantes de um país em um contexto internacional, sendo o instrumento de sobrevivência do Estado e da sua continuidade enquanto associação política soberana.”

Quando se fala em defesa pode-se incorrer no erro de pensar apenas em aparatos militares e expressão militar da força de um país. A Defesa de um Estado é originada de um sistema complexo onde a parte militar, apesar de preponderante, é subsidiada por diversos meios participantes deste processo.

Corroborando com esse pensamento, Edison Benedito da Silva Filho e Rodrigo Fracalossi de Moraes comentam que:

“A intensa aproximação entre os Estados soberanos e o intercâmbio de suas respectivas culturas, fenômenos resultantes da globalização e da evolução vertiginosa das tecnologias de informação, fornecem reconhecidos benefícios ao entendimento entre as nações. Contudo, no sentido oposto, o acesso às facilidades e inovações dos novos tempos também expõe a sociedade à possibilidade das ações de grupos terroristas e organizações do narcotráfico.

As adversidades do mundo estão mais próximas. Os limites de um país não mais se impõem exclusivamente por meio de suas fronteiras, mas sim pelo alcance da sua força dissuasória diante do lastro de desenvolvimento que possui em todos os setores.

Essa circunstância requalifica o âmbito e as atribuições relativas à defesa e amplia suas relações com a inteligência e as instituições nacionais, como também estabelece a necessidade de diálogo entre o governo e a sociedade numa plataforma de agenda compartilhada e construtiva na configuração da Defesa Nacional.”

(Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar / Edison Benedito da Silva Filho, Rodrigo Fracalossi de Moraes: organizadores. – Rio de Janeiro: Ipea, 2012. 346 p.: il., gráfs., tabs.).

Pode-se dividir a Defesa Estatal em algumas esferas de influência, a saber: a esfera militar, a esfera tecnológica/científica e a esfera populacional que conectadas formam a grande aparato defensivo de um determinado Estado.

A esfera militar é, sem dúvida, de onde advém a maior capacidade de fazer valer a soberania de um Estado através de aparatos dominados apenas por essa pequena parte da sociedade. Ela prevê uma concepção estratégica para a Defesa de um Estado, de forma que determinadas ações são tomadas pensando nos impactos relacionados à imagem internacional que irá gerar sobre um determinado Estado. Como em toda estratégia, existem os objetivos que se esperam alcançar ou estado final desejado, de forma que contribua para a continuação da soberania estatal através da aplicação da Estratégia de Defesa Nacional (Estatal).

Para que um Estado tenha uma boa capacidade de defesa faz-se necessário o investimento nas suas Forças Armadas, pensando principalmente em sua capacidade de “fazer frente” a supostas ameaças já previstas ou que possam vir a surgir. Tal capacidade advém do um bom preparo de seus militares e aquisição de equipamentos que possam tornar essa defesa possível atualmente, como: submarino nuclear, armamentos inteligentes, veículos aéreos não tripulados, sistemas sofisticados de comando e controle de informações, equipamentos de guerra eletrônica e outros tipos de armamento de primeira linha.

Partindo dessas últimas informações, a esfera militar conecta-se à outra esfera da Defesa Nacional: a Tecnológica/Científica. Com o avanço tecnológico, principalmente no último século, as Forças Armadas se mostram cada vez mais dependentes das últimas inovações, assim como todos os setores da sociedade. Dentro desse escopo pode-se observar dois fatores que são extremamente importantes para o desenvolvimento desta área da defesa estatal: os recursos

econômicos e, também, um complexo industrial militar desenvolvido. Este último muito importante face a necessidade de não dependência de tecnologia de outros países quando se trata do campo militar, dado que em um possível cenário de conflito entre esses países causaria o corte desse apoio. Como exemplo da importância da independência tecnológica/militar podemos citar a Guerra das Malvinas de onde têm-se informações que o maior fracasso logístico argentino deveu-se à dependência que tinha de tecnologia externa ao seu próprio país, como peças de reposição e principalmente os mísseis antiaéreos Roland, os quais passaram a se tornar inoperantes com o desenrolar da guerra, por falta de abastecimento devido ao embargo econômico imposto pela Inglaterra.

Para um Estado, principalmente democrático, investir nas esferas militar e tecnológica, ele precisa de um pilar essencial nesse sistema integrado da defesa estatal: a população.

O investimento nas Forças Armadas, bem como na tecnologia, demanda um grande aporte financeiro que vem de um governo essencialmente democrático, dessa forma faz-se necessário o entendimento, por parte da sociedade, a importância desses assuntos para o Estado. Um grande definidor dessa posição da população é o histórico do país, tendo em vista que quando o histórico é de guerras a sociedade percebe a importância das Forças Armadas e da contínua atualização da tecnologia de seus equipamentos.

Como exemplo pode-se citar os investimentos em Defesa (Fig.1) feitos pelos principais países na atualidade:

Figura 1- Investimentos em Defesa

Rank			Spending, 2017 (\$ b.)	Change, 2008-17 (%)	World share, 2017 (%)	Spending as a share of GDP (%) <sup>b</sup>	
	2017	2016 <sup>a</sup>				2017	2008
1	1	USA	610	-14	35	3.1	4.2
2	2	China	[228]	110	[13]	[1.9]	[1.9]
3	4	Saudi Arabia	[69.4]	34	[4.0]	[10]	7.4
4	3	Russia	66.3	36	3.8	4.3	3.3
5	6	India	63.9	45	3.7	2.5	2.6
6	5	France	57.8	5.1	3.3	2.3	2.3
7	7	UK	47.2	-15	2.7	1.8	2.3
8	8	Japan	45.4	4.4	2.6	0.9	0.9
9	9	Germany	44.3	8.8	2.5	1.2	1.3
10	10	South Korea	39.2	29	2.3	2.6	2.6
11	13	Brazil	29.3	21	1.7	1.4	1.4
12	11	Italy	29.2	-17	1.7	1.5	1.7
13	12	Australia	27.5	33	1.6	2.0	1.8
14	14	Canada	20.6	13	1.2	1.3	1.2
15	15	Turkey	18.2	46	1.0	2.2	2.2
<b>Total top 15</b>			<b>1 396</b>	<b>..</b>	<b>80</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
<b>World total</b>			<b>1 739</b>	<b>9.8</b>	<b>100</b>	<b>2.2</b>	<b>2.4</b>

[ ] = SIPRI estimate; GDP = gross domestic product.

<sup>a</sup> Rankings for 2016 are based on updated military expenditure figures for 2017 in the current edition of the SIPRI Military Expenditure Database. They may therefore differ from the rankings for 2016 given in *SIPRI Yearbook 2017* and in other SIPRI publications in 2017.

<sup>b</sup> The figures for military expenditure as a share of GDP are based on estimates of 2017 GDP from the International Monetary Fund World Economic Outlook and International Financial Statistics databases.

Para que ocorra tal “simbiose” entre os anseios e apoios populares e as necessidades da política de defesa estatal é necessária uma reforma na educação, de forma a moldar o pensamento da população direcionando-a a pensar sobre esta área tão importante para a sobrevivência do Estado. Esta ideia foi inicialmente abordada por Clausewitz, que vislumbrou uma relação entre a sociedade e o indivíduo, de forma que seria papel da sociedade prover uma educação política ao indivíduo para que este se torne capaz de, por seus próprios méritos, chegar a conclusões com relação a importância da Defesa e da Guerra.

Carl Von Clausewitz nasceu em 1780 na Prússia e logo aos doze anos de idade teve sua primeira experiência militar:

"seu regimento marchou para os montes Vosges, onde travou principalmente, uma guerra de destacamentos, incursões e emboscadas. Quando o exército foi desmobilizado em 1795, Clausewitz retornou à Prússia com algum conhecimento sobre escaramuças e táticas de pequenas unidades, ao contrário da maioria dos oficiais de infantaria, cuja principal, e talvez única, missão em combate era a de manter o correto alinhamento da frente de batalha e a rapidez das salvas de tiros de seus homens" (PARET, 2003: p. 261).

Clausewitz participou de forma intensa da reforma prussiana ocorrida entre os Séc. XVIII E XIX. Após essa guerra reformista dedicou-se ao aprofundamento dos estudos da guerra, tornando-se bibliografia essencial para o assunto até os dias de hoje. Em sua obra “Da Guerra”, procura fazer uma análise sobre suas experiências explicando principalmente a conduta na guerra.

Na atualidade pode-se citar o caso do Brasil, onde é perceptível a falta de apoio da sociedade e dos políticos diante da possibilidade de investimento em defesa estatal. Eliézer Rizzo afirma que existem 4 grandes fatores que contribuem para essa situação, primeiramente afirma que ao superar um passado, não tão distante, autoritário, uma parte da sociedade rejeitou de forma veemente as forças armadas e qualquer assunto ligado à elas: “Se não chegou a prosperar a tese da falta de necessidade das Forças Armadas – que deveriam ater-se ao policiamento de fronteiras e a outros fins gerais, tais como a segurança pública, o meio ambiente – foi elevado o preço pago ao desprestígio das funções de defesa nacional”.

Como segundo ponto Eliézer destaca que os governantes e legisladores brasileiros acreditam, de certa forma, que o país não enfrenta problemas de defesa e segurança.

“O raciocínio é simples: não temos conflitos nas fronteiras (temos, sim), não participamos dos centros mundiais nem das disputas que contam no plano mundial. Portanto, o Brasil não correria riscos. Esta percepção é equivocada, pois as ameaças assumem novas formas: narcotráfico, crime organizado, a presença ineficiente do Estado em áreas rurais e urbanas, tráfico de pessoas, o poder despótico da delinquência sobre populações que não gozam da proteção do Estado. Tais problemas devem ser incluídos no domínio da defesa nacional, cujo foco principal continua voltado para o campo internacional.”<sup>11</sup>

Como terceiro ponto existe ainda o interesse dos políticos frente a esse assunto, dado que as carências sociais são tão grandes que a Defesa Nacional não é contemplada em primeiro plano. Desta forma a escolha pela pauta a ser abordada é previsível, o que resulta no insucesso na disputa pelos recursos destinados à Defesa Nacional.

Ainda de acordo com Eliézer:

“A defesa nacional padece de muita abstração e da falta de comunicação social. Ela perde ao concorrer com políticas operadas por médicos e professores em locais e instituições reconhecidas. Daí a necessidade de uma Pedagogia da Defesa Nacional, a ser desenvolvida pelo Ministério da Defesa e pelas instituições militares, destinada a esclarecer e motivar o país. O Livro de Defesa Nacional, adotado em diversos países (de memória: Estados Unidos, Canadá, França, Inglaterra, Itália, Espanha, China, Alemanha, Argentina, Chile, Equador, Colômbia, etc.) terá um papel essencial a este respeito”. (Considerações políticas sobre a defesa nacional - DefesaNet 29 de abril de 2006 - Retirado do site dia 26 de junho de 2008).

Vencida a grande barreira do apoio da sociedade em prol de políticas de Defesa Nacional, chega o momento de decidir onde, como, e em que investir para buscar alcançar um nível de defesa satisfatório. Obviamente o investimento nas capacidades militares faz-se necessário, de forma a elevar a capacidade das Forças Armadas de além de contrapor-se a possíveis agentes ameaçadores, detectá-las antecipadamente, de tal maneira que não precise utilizar todos seus recursos bélicos.

Nesse cenário cresce de importância a tecnologia, que além de oferecer um poder de combate elevado pode fornecer informações úteis para o desencadeamento de ações. Faz-se necessário notar que a tecnologia não substitui, até os dias atuais, o pensamento e estudo sobre a guerra, sendo uma ferramenta

---

<sup>11</sup> [http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/defesa\\_nacional.htm](http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/defesa_nacional.htm) – Acessado em: 02 de setembro de 2019)

para que possam ser colocados em prática e de forma mais objetiva os ensinamentos adquiridos, sejam por experiência ou estudos de grandes pensadores.

Para Murray, existe uma percepção equivocada de que a solução tecnológica seria capaz de eliminar a necessidade de um entendimento mais amplo ou aprofundado da guerra.

“O perigo da crença de que a tecnologia nos oferecerá dominância total no espaço de batalha (battlespace) e na política externa pelo próximo século não está na tecnologia ela mesma. A tecnologia pode, de fato, oferecer grande vantagem contra futuros oponentes. O que é perigoso sobre esta nova visão tecnocrática é a mesma coisa que era perigosa em sua versão anterior: é totalmente alienada do que os outros pensam, querem, e podem fazer. É precisamente porque nós Americanos temos uma longa história de superestimar nossa superioridade tecnológica e de subestimar a habilidade de nossos oponentes de por nossas vantagens em curto-circuito, que não podemos nos permitir esta hubris uma vez mais. É ainda por isso a causa do desespero diante dos sobretons que se podem ouvir sobre a iminente “revolução nos assuntos militares”. (...) Uma parte inerente da [atual] abordagem anti-Clausewitziana é a crença de que o que a organização militar precisa é de mais dados quantificáveis, mais “informação”. Uma vasta rede de sensores e computadores interligados seria capaz de reduzir a fricção inerente à equação militar a níveis toleráveis e controláveis. Mas o processamento de cada vez mais informação pode facilmente entupir as organizações militares com uma maré de dados indigeríveis. Pior ainda, as afirmativas presentes sobre dominância informacional perdem de vista a diferença essencial entre informação e conhecimento. Não precisávamos de mais informação em Pearl Harbor, e é duvidoso que precisemos de mais informação no futuro. O que necessitaremos no próximo século é um entendimento mais profundo do contexto político da guerra e o do conjunto muito diferente das hipóteses que podem pautar a ação de nossos oponentes. Necessitaremos de mais conhecimento sobre línguas estrangeiras, culturas, crenças religiosas, e acima de tudo história – que são precisamente os conhecimentos que os tecnocratas ignoram porque eles não podem ser quantificados. O que é mais importante na guerra é o que se passa na mente do nosso oponente. Essa é uma verdade bem ilustrada por uma cena da Guerra do Golfo. Quando um número de generais do Corpo de Fuzileiros Navais visitou um bunker [iraquiano] relativamente intacto e amplamente suprido, capturado pelas forças da Coalizão com um mínimo de baixas e um grande número de prisioneiros, um deles comentou num suspiro: “Graças a Deus os Norte-vietnamitas não estavam aqui”<sup>12</sup>

Mais importante que tecnologia para, dentre inúmeras capacidades, fornecer dados a determinado Estado, é a capacidade tecnológica de sintetizá-los e aliar ao conhecimento estratégico do momento para a partir daí fornecer informações precisas e capazes de auxiliar a tomada de decisões de determinado governante.

---

<sup>12</sup> MURRAY, Williamson. Clausewitz out, computer in: military culture and technological hubris. The National Interest. Washington: Nixon Center, 1997. Disponível em: [www.nationalinterest.org](http://www.nationalinterest.org). Acesso em: 20 out. 2019

Nesse contexto cresce de importância a Atividade de Inteligência como uma grande “arma” dos governos para a implementação de uma Defesa Estatal capaz de defender os interesses do Estado e de sua sociedade.

## 4 INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA E A DEFESA ESTATAL

Como abordado anteriormente a Defesa Estatal possui diversas áreas, as quais, conjugadas, formam o sistema de defesa de um Estado. Dentre essas áreas está a Inteligência Estratégica, que possui a missão de adquirir dados e conhecimentos, interpretá-los e transmitir informações de modo a assessorar o processo decisório, neste caso, no âmbito da defesa de uma nação.

As funções da Inteligência Estratégica estão ligadas a busca (Inteligência) e proteção (Contra Inteligência) de informações que são extremamente importantes para a segurança de um Estado e sua população.

Para proteger essas informações as Agências de Segurança utilizam-se de uma área chamada Contra Inteligência. Tal conceito está no Manual Básico da Escola Superior de Guerra e diz que:

“A Contra Inteligência é uma atividade desenvolvida necessariamente por todas as Organizações de Inteligência com o objetivo de identificar, impedir, neutralizar ou reduzir a atuação dos Serviços de Inteligência adversos. [Ela] preocupa-se constantemente com a segurança das atividades de inteligência concernentes aos assuntos governamentais de caráter sigiloso, nos campos da Segurança e do Desenvolvimento Nacionais. Neste sentido procura salvaguardar os conhecimentos e/ou dados sigilosos oriundos do Sistema de Inteligência ou por ele manuseados, bem como os dados sigilosos gerados por outras entidades nacionais, públicas ou privadas.” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). Manual básico: elementos fundamentais. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. ESG, 2009.)

Desta forma, antes mesmo das Forças Armadas, a Inteligência e a Contra Inteligência são instrumentos de grande eficácia quando se pretende alcançar informações sensíveis.

Essas atividades são realizadas, normalmente, através de agências, vinculadas, de alguma forma, aos governos em que residem. Dependendo do Estado, a capacidade de obter informações e proteger conhecimentos sensíveis dessas agências é modificado, de acordo com poder econômico, apoio da sociedade e mentalidade de inteligência que vigora entre seus governantes.

A seguir serão destacadas algumas agências de alguns dos Estados mais proeminentes da atualidade, bem como alguns estudos de casos de forma a salientar a grande importância da Inteligência Estratégica para a Defesa Estatal, seja num passado distante ou nos dias atuais e como o aparato estatal de inteligência

pode, de fato, contribuir para proteção dos interesses estatais frente à globalização e a contínua disputa nesse jogo de poder entre nações chamado de Relações Internacionais.

#### 4.1 CIA (AGÊNCIA CENTRAL DE INTELIGÊNCIA)

A CIA foi criada em 1947 para investigar e coletar informações exteriores ao EUA, sendo proibida de realizar essas atividades em relação aos cidadãos americanos. Para coordenar as atividades da Agência, existe uma Diretoria Central de Inteligência, tendo a função de interligar a comunidade de informação ao Presidente dos Estados Unidos, aconselhando as melhores estratégias para proteger o país contra qualquer ameaça que possa prejudicar os interesses americanos.

Fora criada inicialmente para contrapor-se à KGB (Agência de Inteligência Soviética) na Guerra Fria e perdura em suas atividades até os dias atuais sendo um dos vários artifícios da política externa americana.

“A CIA é tanto o centro quanto o instrumento primeiro do culto da inteligência. Ela se envolve em espionagem e contra espionagem, em propaganda e desinformação (a divulgação propositada de informações falsas), em guerra psicológica e atividades paramilitares. Ela penetra nas organizações privadas e as manipula e, quando necessário, cria suas próprias organizações (as subsidiárias). Ela recruta agentes e mercenários; suborna e faz chantagem com autoridades estrangeiras, a fim de que executem as tarefas mais desagradáveis. Ela faz tudo o que for necessário para atingir os seus fins, sem qualquer consideração ética ou moral dos seus atos. Como o braço da ação camuflada da política exterior americana, a mais potente arma da CIA é a intervenção secreta nos assuntos internos dos países que o governo americano deseja controlar ou influenciar”.(Marchetti, V. (1974). *A CIA e o culto da inteligência*. 1st ed. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, p.26.)

Nesse sentido mostra-se razoável afirmar que a CIA funciona como um agente “clandestino” da política externa americana, procurando obter informações relevantes ao seu governo em outros países, bem como protegendo as informações de seu país de agentes externos. Corroborando a ideia de participação da CIA nas Relações Internacionais americanas Marchetti levanta o fato de que a CIA, em alguns países, está totalmente ativa, e que, nestes países, o chefe da estação da CIA(COS) mantém mais ligações com o Chefe de Estado desse país do que o próprio embaixador. Existindo casos em que esse relacionamento era tão especial que o embaixador, por vezes, não era informado de qualquer detalhe sobre decisões tomadas.

#### **4.1.1 Fracasso na Baía dos Porcos**

A invasão da Baía dos Porcos ocorreu em 1961 quando exilados cubanos contrários a Fidel Castro tentaram invadir a região sul de Cuba. Estes exilados foram apoiados pelos EUA e treinados clandestinamente pela CIA com o intuito de depor o governo socialista cubano. Pelo fato de os EUA não exercerem o seu apoio a invasão abertamente e não enviar sua capacidade bélica, principalmente sua Força Aérea, a ação terminou em fracasso. As forças armadas cubanas, treinadas e equipadas pela União Soviética, derrotaram os combatentes do exílio em três dias e a maior parte dos agressores se rendeu. Após este fracasso a CIA ficou com relações abaladas perante o governo americano. O então presidente americano John F. Kennedy chegou a afirmar que: "Há um velho ditado que diz que a vitória tem cem pais, mas a derrota é órfã [...] Futuros pronunciamentos, discussões detalhadas, não vão encobrir a responsabilidade disso, pois eu sou o responsável pelo governo". Contudo, em privado, Kennedy culpou os militares e os serviços de inteligência pela má sucedida operação. Ele teria dito a assessores próximos que ele acreditava que a CIA mentiu para ele e que queriam enganá-lo e botá-lo em uma situação em que ele não tivesse escolha de não invadir Cuba.<sup>13</sup>

#### **4.1.2 Captura de Osama Bin Laden**

Até os atentados de 11 de setembro a credibilidade da CIA frente a população norte-americana encontrava-se deteriorada devido à alguns fatos relacionados a acontecimentos anteriores e a própria forma da agência reportar-se ao grande público. Após esse atentado, a agência passou a exercer um papel fundamental na “guerra ao terror” instaurada pelo governo americano. A CIA passa a partir desse momento de uma simples agência de espionagem e inteligência para se tornar um aparato militar, atuando de forma invisível e muitas vezes fora dos amparos jurídicos existentes.

Sendo os atentados assumidos pela Al-QAEDA, personificada na figura de Osama Bin Laden, o esforço do mundo ocidental, e principalmente da administração dos EUA concentraram-se na captura ou morte do terrorista. Utilizando-se de todo

---

<sup>13</sup> <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB355/>. Acesso em: 20/10/2019.

aparato econômico político pertencente ao seu país a CIA ficou encarregada de encontrar o local em que Osama se escondera.

Para lograr êxito nesta missão a CIA utilizou-se de agentes infiltrados no Paquistão, onde descobriram uma possível localização de Osama e sua família. O grande problema seria como abordar tal posição sem causar alarde, tanto ao terrorista quanto ao governo paquistanês, que a essa altura, não demonstrava se era contra ou a favor da permanência de Osama em seu território.

A saída encontrada pela CIA foi forjar uma campanha de vacinação na cidade de Abbottabad no Paquistão, capitaneada pelo conhecido médico paquistanês Shakil Afridi, através da qual seriam coletadas amostras de DNA das crianças e assim comparar com o DNA de uma irmã de Bin Laden que fora obtido anteriormente. Terminada a operação, sabe-se que as crianças do referido complexo foram vacinadas, porém não existem informações conclusivas quanto ao fato de seus DNA terem sido, de fato, utilizados para comparação e confirmação do parentesco com o terrorista.

O fato é que após essa operação travestida de campanha de vacinação, foi desencadeada a verdadeira missão, a de captura ou morte do terrorista mais procurado da época. No dia 1 de maio de 2011 foi desencadeada a Operação Lança de Neptuno. No dia 2 de maio as 12 horas fora dada autorização pelo então presidente dos EUA, Barack Obama e pelo Diretor da CIA, Leon Panetta, o ataque realizado a partir de Helicópteros pelos Navy SEALs e matando o então líder da AL-QAEDA. Posteriormente confirmada pelo próprio presidente:

“Hoje, sob minha administração, os Estados Unidos lançaram uma operação dirigida contra esse edifício em Abbottabad, Paquistão. Um pequeno grupo de norte-americanos realizou a operação com uma capacidade e coragem extraordinárias. Nenhum americano se feriu ou foi prejudicado. Eles tomaram cuidado em evitar vítimas civis. Após um tiroteio, mataram Osama Bin Laden e mantiveram seu corpo sob custódia.” (BARACK, OBAMA, 2011)

Após o fim da operação, as relações diplomáticas entre EUA e Paquistão ficaram estremecidas como o Jornal Britânico The Guardian:

“O médico foi preso por forças de inteligência do Paquistão por conta de sua colaboração com os americanos. As relações entre o país e os EUA estão se deteriorando seriamente desde a operação que matou Bin Laden, feita sem o conhecimento das autoridades paquistanesas”<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> <https://extra.globo.com/noticias/mundo/cia-fez-campanha-falsa-de-vacinacao-no-paquistao-para-conseguir-dna-de-bin-laden-2217643.html>. Acesso em: 30/10/2019.

Esta grande operação, que começou com ações dissimulatórias, culminando com uma ação tática propriamente dita, corroboram com a grande importância dada pela maior potência mundial à atividade de inteligência, bem como corrobora com a grande capacidade que esta possui de influenciar, seja positivamente ou negativamente, na defesa de um Estado e a percepção, perante outras nações, de suas capacidades de influência.

#### 4.2 KGB<sup>15</sup> E SEU PESO POLÍTICO

Essa organização de serviços secretos soviéticos esteve em funcionamento de 13 de maio de 1953 até 6 de novembro de 1991, mais especificamente entre o período da Guerra Fria e o fim desta com a desintegração da URSS. Após essa dissolução foram criados dois outros órgãos chamados FSB que é responsável pela segurança interna e SVR, especialista na inteligência externa russa.

O KGB era uma polícia secreta e política que não tinha equivalente no mundo, porque se situava num nível completamente diferente dos outros serviços secretos, pois constituía igualmente um ministério. Dispunha de trezentos mil associados, blindados, caças e barcos, sendo uma organização militar totalmente independente das Forças Armadas.<sup>16</sup>

Criado em 1954, suas origens remontam a 1917 com a revolução bolchevique e a necessidade da criação de um órgão anti monarquista, e dentro deste contexto ocorreu a criação da *TCHEKA*<sup>17</sup>. Ainda antes do advento da KGB, no início da segunda guerra mundial, surge o NKVD<sup>18</sup> que tinha a capacidade de atuar por meio de sabotagens e execuções dentro e fora das fronteiras da URSS.

A KGB ficou conhecida como a agência secreta que mais crimes cometeu em busca da defesa nacional, nenhuma lei estava acima de suas veladas ações e todos seus atos eram encobertos por um governo capaz de tudo para manter sua soberania e afastar a influência de outros países, principalmente do bloco capitalista da Guerra Fria.

---

<sup>15</sup> KGB: sigla russa **КГБ** (**Комитет Государственной Безопасности**) que pode ser traduzido como: Comitê de Segurança de Estado.

<sup>16</sup> Disponível no sítio: <https://pt.wikipedia.org/wiki/KGB> - acesso dia: 21/10/2019.

<sup>17</sup> "Comitê de Emergência" foi a primeira das organizações de polícia secreta da União Soviética. Ela foi criada em 20 de dezembro de 1917, por Vladimir Lenin.

<sup>18</sup> *Narodniy komissariat vnutrennikh* em português: Comissariado do povo para assuntos internos, foi o Ministério do Interior da URSS. Além de funções policiais e de segurança como o controle de tráfego, corpo de bombeiros e a guarda das fronteiras, cabia ao NKVD controlar a economia e o serviço secreto.

Na realidade, a ênfase principal da KGB não é a área de inteligência. A KGB só trabalha em “espionagem” tradicional (como a CIA, por exemplo) usando 40% dos seus recursos. O restante é de um outro tipo de ação, de implementação muito mais lenta e de resultados idem, chamado de “medidas ativas” e de “influência”, um processo de desmoralização e lavagem cerebral feito de forma tão sutil, gradual e ininterrupta que, ao fim do processo, as pessoas submetidas a ela agem como se fossem agentes anticapitalistas ou ao menos antiamericanos. Trata-se basicamente de uma mudança de percepção ou realidade de cada cidadão, pois apesar da quantidade de informações, ninguém consegue chegar a conclusões certas de como se defender, defender suas famílias, suas comunidades e seu país. O processo levaria no mínimo três gerações para dar resultado. O “dar resultado” significa cooptar um número tão grande de militantes e simpatizantes – conscientes ou não – que, quando esta geração galgasse posições de poder e controle dentro da sociedade, o processo se auto alimentaria, criando mais e mais militantes e simpatizantes<sup>19</sup>.

Uma das principais formas de agir contra inimigos da URSS era o envenenamento de pessoas que fossem capazes de atingir e prejudicar a defesa nacional. Há inúmeros casos relatados deste fato, inclusive atualmente, sendo a antiga KGB ou suas sucessoras FSB e SVR acusadas de serem responsáveis por tais assassinatos relacionando com atividades e serviços prestados por esses agentes. Dentre os inúmeros casos está o do ex-agente secreto russo Alexander Litvinenko, o qual fora assassinado, em Londres.

Litvinenko era um ex-agente da FSB que foi preso na Rússia acusado de exceder a autoridade de sua posição, por declarar publicamente que seus superiores ordenaram a morte de Boris Berezovsky, oligarca russo que se beneficiou pela liberalização econômico ocorrida após a queda da URSS. Litvinenko fora absolvido e posteriormente acusado novamente, quando então fugiu com sua família para Londres perto do ano 2000.

Durante o seu tempo em Londres dedicou-se à carreira de escritor, relatando vários casos contra Vladimir Putin, então governante Russo.

Em 2006 Litvinenko é envenenado com Polônio na capital inglesa, provavelmente por agentes da FSB a mando de Putin.

---

<sup>19</sup> Disponível em <https://www.claudiosuenaga.com.br/kgb/>. Acesso dia: 21/10/2019.

Estas são as datas mais importantes deste caso:

## **2006**

– 1º de novembro: Litvinenko se reúne no Hotel Millennium de Londres com os russos Andrei Lugovoi, um ex-agente do KGB que virou empresário, e Dmitri Kovtun. Mais tarde, se reúne em outro bar com o italiano Mario Scaramella, que deu a ele um documento sobre o assassinato da jornalista russa de oposição Anna Politkovskaya. Na mesma noite, ele começa a passar mal.

– 20 de novembro: Litvinenko entra em cuidados intensivos. Uma foto o mostra sem expressão no olhar e sem cabelos. A investigação é iniciada pelo Departamento Antiterrorista da polícia britânica Scotland Yard.

– 23 de novembro: Litvinenko morre. No dia seguinte, em uma carta póstuma, acusa o presidente russo Vladimir Putin de ser responsável por sua morte. Putin nega as acusações denunciando uma “provocação política”.

O Departamento de Proteção de Saúde Reino Unido (HPA) anuncia que Litvinenko foi envenenado com polônio 210, uma substância altamente radioativa.

– 6 de dezembro: A Scotland Yard, que investigou em Moscou, classifica de assassinato a morte de Litvinenko, enterrado no dia seguinte em Londres, em um caixão de chumbo para evitar vazamento radioativo.

## **2007**

– 22 de maio: o promotor britânico indicia Lugovoi pelo assassinato de Litvinenko e exige sua extradição. A Rússia nega o pedido.

– 16 de julho: Londres anuncia a expulsão de quatro diplomatas russos.

– 19 julho: Moscou responde com a expulsão de quatro diplomatas britânicos, a interrupção da cooperação na luta contra o terrorismo, e a suspensão de novos vistos a funcionários britânicos.

## **2014**

– Janeiro: a viúva de Litvinenko, Marina, apresenta um pedido ante o Superior Tribunal de Londres para obrigar o governo a abrir uma investigação pública

– 22 de julho: em um contexto de tensão com a Rússia por sua intervenção na Ucrânia, a ministra do Interior, Theresa May, anuncia que a investigação será realizada.

## **2016**

– 21 de janeiro: o juiz Robert Owen publica um documento de 300 páginas com os resultados da investigação, no qual afirma que Putin “provavelmente

ordenou”, o assassinato e que os serviços de inteligência russos (FSB) estavam por trás dele.<sup>20</sup>

Esse caso retrata de forma simples e direta como os serviços de inteligência de cunho estratégico são tratados em países como a Rússia, o qual possui um passado ligado a esta vertente da política internacional e como a Defesa nacional é importante perante os olhos de seus governantes, sendo capazes até de assassinatos para preservar segredos que não desejam que sejam revelados ao público em geral e nem mesmo à outros países.

#### 4.3 MI6 (SERVIÇOS SECRETOS BRITÂNICOS NO EXTERIOR)

A Agência Britânica de Serviços secretos, também conhecida pela sigla SIS tem suas origens na Primeira Guerra Mundial, onde as seções do serviço de inteligência britânico foram divididas e a seção estrangeira ficou sendo a Military Intelligence Section 6 (MI6).

Nos primeiros anos do pós guerra, sob a direção de Sir George Mansfield Smith-Cumming<sup>21</sup>, e ao longo da maior parte dos anos de 1920, o foco do SIS foi o comunismo, em particular, o Bolchevismo Russo. Exemplos incluem uma operação frustrada para derrubar o governo Bolchevique, em 1918, pelos agentes do SIS Sidney George Reilly<sup>22</sup> e Sir Robert Bruce Lockhart<sup>23</sup>, assim como esforços mais ortodoxos de espionagem dentro Rússia Soviética em seu começo.

Todas as agências de espionagem são conhecidas do grande público por um ou dois casos notórios. Mas isso não significa que sejam necessariamente pelas melhores razões. Se a Mossad de Israel é conhecida até hoje pelo espetacular sequestro na Argentina do criminoso de guerra nazista Adolf Eichmann, já a CIA é conhecida, antes de mais nada, pela sua desastrosa participação no desembarque na Baía dos Porcos, em Cuba. Infelizmente para o MI6, o seu caso mais famoso também foi, à semelhança da sua congênera norte-americana, um fracasso monumental e um escândalo.<sup>24</sup>

---

<sup>20</sup> Disponível em <https://exame.abril.com.br/mundo/conheca-os-detalhes-do-caso-do-espiao-russo-litvinenko/>. Acesso dia: 30/10/2019.

<sup>21</sup> Sir George Mansfield Smith-Cumming: Primeiro Diretor do SIS ou MI6.

<sup>22</sup> Sidney George Reilly: conhecido normalmente como "Ás dos Espiões", era um agente secreto a serviço do governo britânico. É dito que ele espionou para pelo menos quatro países (Reino Unido, Alemanha, Japão e Rússia). Mais tarde, Ian Fleming usou Reilly como modelo para criar o personagem dos seus livros de James Bond.

<sup>23</sup> Sir Robert Bruce Lockhart foi um diplomata britânico, jornalista, autor, agente secreto e jogador de futebol. Seu livro de 1932, *Memórias de um agente britânico*, tornou-se um best-seller internacional e o chamou à atenção do mundo. Ele fala do seu fracassado esforço para sabotar a revolução bolchevique em Moscou em 1918.

<sup>24</sup> Diogo, Jose-Manuel, *As Grandes Agências Secretas*, 2ª Edição, Editora Via Leitura, 2015.

No trecho acima, o escritor português Jose-Manuel Diogo retrata um grande fracasso por parte do MI6. Este fato ocorreu na época da Guerra Fria quando a guerra entre espões ávidos por buscar informações em outros países era o que movia as agências de inteligência e as Relações Internacionais na época.

Tudo começou na universidade de Cambridge, de onde saíam as grandes mentes da alta sociedade britânica, que num futuro iriam fazer parte ou do próprio governo ou das agências de inteligência do país. Percebendo isso a URSS enxergou nas universidades a forma de adentrar nos altos escalões do governo britânico e assim aumentar sua capacidade de defesa com relação ao país da rainha.

Esta parte da história gira em torno de Kim Philby, estudante da universidade de Cambridge, que durante seus estudos fora recrutado pela KGB. Philby após se formar empreendeu-se, cobrindo pelo *Times*, na Guerra Civil Espanhola. Voltando à Inglaterra foi recrutado pelo MI6 e teve uma carreira meteórica.

Kim Philby trabalhou durante muito tempo no MI6, fornecendo informações privilegiadas para a KGB, e quase foi descoberto algumas vezes, como Diogo revela em seu livro:

O segredo de Kim Philby foi ameaçado quando Konstantin Volkov, agente do GRU<sup>25</sup> instalado na Embaixada soviética em Istambul, informou ao Consulado Britânico na cidade de que queria fugir para o ocidente. Em troca, entregaria ao MI6 nome de membros do *Foreign Office*, que eram, na realidade, espões soviéticos, bem como um agente do próprio MI6. O caso foi entregue a Stewart Menzies, e este delegou-o a Kim Philby. Este percebeu que o agente duplo a que Konstantin Volkov se referia era ele próprio. Kim Philby partiu de imediato para Istambul para encontrar com o então escondido Konstantin Volkov. Passados alguns dias informou que Stewart Menzies que Volkov tinha desaparecido e não conseguia encontrá-lo. O que era mentira. Kim Philby tinha encontrado o paradeiro de Volkov, mas informara ao KGB, e não ao MI6. Kim Philby regressou a Londres, enquanto Konstantin Volkov, sequestrado em Istambul por uma equipe da KGB, voaria até Moscou, onde seria executado<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> GRU: é a agência de inteligência militar estrangeira do Estado-Maior das Forças Armadas da Federação Russa (anteriormente Estado-Maior do Exército Soviético da União Soviética).

<sup>26</sup> Diogo, Jose-Manuel, *As Grandes Agências Secretas*, 2ª Edição, Editora Via Leitura, 2015 (p.147)

Durante um tempo Kim continuou trabalhando para o MI6, quando então um relatório do FBI diretamente ao MI6 apontava Philby como espião soviético. Para isso não se tornar um escândalo, foi tudo encoberto e Philby apenas demitido.

Porém, 20 anos depois, Philby resolveu escrever um livro contando que era espião soviético, relatou que o MI6 descobriu tal fato e o encobriu para não manchar a reputação da agência. Fato apenas postergado em 20 anos dado que Philby falou sobre seu caso e de mais 4 estudantes de Cambridge. Estes cinco espiões ficaram conhecido como os *Cambridge Five* e como afirma Diogo<sup>27</sup>, arrastaram, durante anos, a honra e o nome do MI6, pela lama.

#### 4.4 AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA, ESTADO E DEFESA

Pode-se perceber que a preocupação com a Defesa do Estado, principalmente através da vertente da Inteligência, foi desde o início do Século XX, alicerce de uma base solidificada de pensamento estratégico.

As agências mostraram-se essenciais nesse processo pelo fato de não estarem, em tese, submetidas a todo arcabouço jurídico necessário para tomada de ações de um Estado perante outro. Assim, os governos acharam, nas agências, uma forma de realizar suas necessidades em busca de informações ou simplesmente negar informações a outro Estado, tornando-as peças fundamentais do aparato de defesa e parte extremamente necessário no apoio a tomada de decisões.

---

<sup>27</sup> Idem 26.

## 5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou entender como a Inteligência Estratégica é capaz de auxiliar um Estado na condução de sua defesa, bem como as diversas formas que a Inteligência possui para auxiliar nesta área. Este trabalho foi capaz de alertar a sociedade sobre a importância da Inteligência Estratégica para uma nação, inclusive sendo muito importante o apoio da sociedade para que avanços nessa área possam ser alcançados.

Para se atingir uma compreensão deste assunto, definiram-se dois objetivos primários. O primeiro, de identificar o que seria a Inteligência Estratégica, perceber sua história, características e importância. O segundo para de igual forma estudar o histórico e os diversos entendimentos do que seria o Estado para diversos autores, além de permitir observar a necessidade de defesa estatal como aparato incondicional na formação e continuidade desse Estado.

Durante os capítulos dois, três e quatro foi possível observar a grande quantidade de literatura sobre os assuntos em pauta nos objetivos deste trabalho, permitindo chegar a resultados concretos e abrindo novos horizontes para a contínua pesquisa nesse ramo e por conseguinte o aprimoramento no escopo deste trabalho e de outros anteriores a este.

No capítulo dois foi possível observar a história da Inteligência Estratégica e como esta ajudou diversos governantes em seu trabalho árduo de gerenciar e direcionar os caminhos que uma nação deve seguir através da tomada de decisão desde os tempos da Grécia e de Roma até os dias atuais. A Inteligência captura informações para que possam ser processadas por outros e assim nortear as decisões, neste caso, dos chefes de Estado. Tal característica é evidenciada por Beal:

“Informação é um elemento essencial para a criação, implementação e avaliação de qualquer estratégia. Sem informação adequada a respeito das variáveis internas e do ambiente onde a organização se insere, os responsáveis pela elaboração da estratégia não têm como identificar os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades de modo a garantir a manutenção da sintonia com o ambiente externo”.(BEAL, 2008, p. 112)

No capítulo três observou-se as características do Estado, as diversas teorias sobre sua formação e após serem levantados esses dados, obteve-se como resultados a interação entre o Estado e as diversas formas de exercer sua defesa,

principalmente pautada em três pilares: a esfera militar, a esfera tecnológica/científica e a esfera populacional.

No capítulo quatro ficou evidenciada a correlação entre a Inteligência Estratégica e a Defesa Estatal, sendo enumerados exemplos das principais Agências de Inteligência mundiais, passando pelo MI6, com seu excelente histórico em mentalidade de inteligência e chegando na CIA e KGB, conhecidas pela polaridade existente no mundo nos tempos de Guerra Fria, porém atuante até os dias atuais no caso da primeira.

Por fim, o trabalho apresentado mostrou-se extremamente necessário, aumentando a bibliografia acadêmica sobre o assunto, permitindo que no futuro, novas pesquisas possam ser realizadas a fim de aprimorar o referido estudo. Da mesma forma contribuiu sobremaneira com a aproximação de estudantes e leitores com a mentalidade de inteligência e sua contribuição para a defesa do Estado.

## 6 REFERÊNCIAS

BEAL, Adriana. **Segurança da Informação: princípios e melhores práticas para a proteção dos ativos de informação nas organizações** – 1ª edição – 2ª reimpressão – São Paulo: Atlas, 2008.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, s.d.

DEFESANET. "SIPRI - **Gastos globais em defesa somam US\$1,7 trilhão**. 2018. Disponível em: [www.defesanet.com.br/bid/noticia/29158/SIPRI-Gastos-em-defesa-somam-US%241-7-trilhao/](http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/29158/SIPRI-Gastos-em-defesa-somam-US%241-7-trilhao/). Acesso em: 10/10/2019

DIOGO, Jose-Manuel. **As Grandes Agências Secretas**. 2ª Edição, Editora Via Leitura, 2015.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Manual básico: elementos fundamentais**. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. ESG, 2009.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. (Tradução de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva e Cláudia Berliner.) 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KEEGAN, John. **Inteligência na Guerra: Conhecimento do Inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LANGE, Wellington da Costa. **Atividade de Inteligência e sua atuação no âmbito das Relações Internacionais**. Univ. Rel. Int., Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 125-141, jan/dez 2007.

LE BOHEC, Yann. **El Ejército Romano**. Trad. Ignacio Hierro. Barcelona: Editora Ariel, 2008. 2ª ed. 373p.

MARCHETTI, V. **A CIA e o culto da inteligência**. 1st ed. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, 1974.

MORGENTHAU, Hans J. A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: UnB, 2003.

MURRAY, Williamson. **Clausewitz out, computer in: military culture and technological hubris**. The National Interest. Washington: Nixon Center, 1997.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de, Artigo: **Considerações Políticas Sobre a Defesa Nacional** -DefesaNet 29 de Abril de 2006 - Retirado do site dia 26 de agosto de 2008.

PARET, Peter. **Clausewitz and the State – the man, his theories, and his times**, Princeton: Princeton University, 1985.

POLÍBIO – **Histórias**. A partir da tradução inglesa “Polybius – The Histories”. London: Macmillan, 1889. Reprint New York: Bloomington, 1962.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. Lisboa: Ed. Futura,1974.

“VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira, **Inteligência e Interesses Nacionais**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA NO SÉCULO XXI”.

VIEIRA, C.R. **inteligência estratégica: uma ferramenta para governar**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVII. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/inteligencia-estrategica-uma-ferramenta-para-governar>. Acessado em: 03/11/2019.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1994. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1994. v. 2.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da Dominação**. In: Economia e sociedade. Vol.2. Brasília. UnB. 2004c.